


EDIÇÃO 12 | MAIO DE 2021

# REVISTA **IBPEA**

INSTITUTO BRASILEIRO  
DE PEQUENOS ESCRITÓRIOS  
DE ADVOCACIA



**"Para que sempre  
tivéssemos um  
objetivo: o de  
continuar a  
existir, como vida,  
como atividade  
jurídica, social e  
econômica."**

Trecho da Matéria do Mês

**ENTREVISTA  
COM RITA CORTEZ**  
Presidenta do IAB

EDIÇÃO 12 | MAIO DE 2021

# REVISTA IBPEA

INSTITUTO BRASILEIRO  
DE PEQUENOS ESCRITÓRIOS  
DE ADVOCACIA

## 03 Editorial - A revista de 1 ano

por Tiago de Mello Cunha

## 06 Qual o papel do marketing?

por Flavia Mariotto

## 08 A importância do atendimento humanizado nas pequenas e médias bancas de advocacia

por Gabrielle Rocha

## 10 Os limites éticos e a plenitude de defesa no Tribunal do Júri: reflexões sob a ótica da advocacia feminista.

por Lise Póvoa

## 13 A utilização da tabela de honorários mínimos pelos PMEADV

por Antonio Barça

## 15 A importância de rotina e metodologia para os pequenos e médios escritórios de advocacia

por Fernanda Negreiros

## 18 Matéria do Mês - Sujeito de Sorte

por Tiago de Mello Cunha

## 29 Entrevista com Rita Cortez

Entrevistadores: Álvaro Quintão, André Paiva, Cláudio Goulart , Fernanda Negreiros, Gabrielle Rocha, Jessica Brito, Rachel S. Bivar, Tiago de Mello Cunha

---

Revista IBPEA  
Conselho Editorial

**André Luiz de Paiva Vaz**  
**Antonio Paulo Barça**  
**Flávia Mariotto**  
**Gláucia Nascimento**  
**Tiago de Mello Cunha**



# EDITORIAL

## A revista do 1 ano

A revista do IBPEA chega a um ano e para celebrar teremos uma entrevistada de peso: A Dra. Rita Cortez, advogada militante, apaixonada pela advocacia, inspiração para diversas advogadas e advogados que preside o IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros, Instituição mais antiga das Américas.

As palavras da Dra. Rita Cortez são um fio condutor para uma reflexão de tudo que foi percorrido durante esses 12 meses de produção de revista, de acúmulos, aprendizados e trocas, entre os entrevistados, articulistas e leitores.

E nesta edição já histórica os artigos foram minuciosamente selecionados e produzidos, observando tudo o que foi produzido no último ano, mas também dentro de olhar contemporâneo dos acontecimentos da comunidade jurídica do segmento do PMEADV e da advocacia de modo geral.

Ao abordarmos a importância do atendimento humanizado das pequenas e médias bancas de advocacia a ideia central da articulista Gabrielle Rocha é a focar os holofotes para um dos principais ativos que a advocacia desenvolvida em pequenas estruturas pode ter: a relação humana e direta com seus clientes.

Grandes estruturas societárias advocatícias possuem sua razão de ser para serviços próprios, o grande deságio lançado é a percepção da advocacia em estruturas menores não utilizar de paradigmas, modelos que não lhe servem e que não servem para seus clientes.

Essa relação advogado e cliente irá permitir uma aproximação e uma fidelização, perpetuando a relação e sedimentando o nome e a marca daquela pequena e média banca.

E como no momento de crise financeira que o mercado nacional experimenta, na advocacia não poderia ser diferente. Os modelos de fidelização da clientela são caminhos a serem seguidos como soluções, porém, ao conquistar o cliente o ponto principal que nasce para ser fixado nessa relação é a condição do preço: os honorários advocatícios.

Dentro desta perspectiva, o articulista Antonio Barça, aborda de maneira crítica e reflexiva, a utilização da tabela dos honorários mínimos pelos escritórios do segmento dos PMEADV.

A matéria perpassa por uma discussão importante e atual, que tem gerado muita discussão e propostas que levam a questionamentos sobre o aviltamento da verba honorária, se a tabela impõe um dever de cobrança mínimo ou se é um modelo de referência.

A excelente reflexão sobre o tema esclarece o atual momento da discussão e se debruça sobre decisões recentes sobre o tema, provocando a classe refletir sobre aviltamento de verba honorária, concorrência desleal, realidade de mercado, livre iniciativa e livre profissão. Imperdível.

Do campo da fixação dos honorários a revista transporta o leitor para as atividades e execuções das rotinas e procedimentos do escritório para os cumprimentos dos prazos. A articulista Fernanda Negreiros ilumina suas reflexões de tal maneira que ao seu artigo é conferido um status automático de uma obra clássica e necessária para auxiliar todos os pequenos escritórios na formação de sua rotina de cumprimentos de controladoria e execução de prazos.

A abordagem contemporânea desnuda as principais mudanças vividas pela advocacia e o impacto delas nas rotinas dos escritórios, observando as especificidades das estruturas de pequeno porte e melhor do que pautar tais problemas é indicar soluções.

As ferramentas indicadas, como a SWOT, métodos e condutas são caminhos a serem aplicados pelos escritórios de pequeno porte e de igual forma o artigo demonstra ser possível a aplicação nas pequenas estruturas. Essa dúvida não cabe mais para advocacia que milita em estruturas melhores. Não é mais um diferencial é uma necessidade de sobrevivência. Dai a importância deste artigo.

Um dos pontos que mais interessam a classe é pensar nas formas como os clientes vão achar os escritórios de pequeno porte no meio da pandemia, com a crise e com os escritórios entrantes, todos têm o mesmo perfil, não guardam relações sociais que automaticamente elevem o status dos seus escritórios a serem referências automáticas e a serem indicados recorrentemente devido a relacionamentos feitos dentro desde sua origem familiar.

Esse traço característico entre os pequenos escritórios se torna a centelha de investigações de como seria possível superar tais obstáculos.

Uma delas é o papel do marketing. A articulista Flávia Mariotto discorre com propriedade e brilhantismo os aspectos básicos para o entendimento da advocacia do que seria o marketing, qual seu papel e como utilizá-lo dentro das restrições do código de ética.

Este artigo necessário aponta para o planejamento sendo o fio condutor na organização do caminho que o gestor do escritório terá que pavimentar para obter resultados.

Análise e construção de uma marca são recomendações que soam como provocações para nosso segmento que ainda deve ter como norte principal se pensar como uma unidade de organização produtiva e a partir daí aplicar elementos de organização.

Das diversas razões que atraem a atenção da advocacia para não somente ler o artigo, mas estudá-lo, seria razoável elencar uma: os desafios de se manter lembrado em épocas de isolamento social.

Queridas amigas e amigos é com muito prazer que vos apresento a Revista de 1 ano do IBPEA.



## Tiago de Mello

Advogado. Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento - UCAM. Presidente do Instituto brasileiro dos pequenos e médios escritórios e da Comissão de qualificação da gestão dos pequenos e médios escritório da OAB/RJ. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ. Diretor do SAERJ.



# QUAL O PAPEL DO MARKETING?

**POR FLAVIA MARIOTTO**

Sem entrar em definições teóricas e académicas, é importante esclarecer que o marketing, como qualquer outra área de trabalho, possui diferentes especialidades e funções – comunicação, atendimento ao cliente, vendas, produto, relacionamento, digital etc.

Gosto de pensar no marketing como uma mistura de ciência e arte que se molda as diferentes necessidades das empresas, dos mercados e - sempre! - dos clientes. Pelo marketing estar relacionado ao processo de gestão do negócio, é muito fácil confundir com as aplicações e possibilidades. Por isso, a resposta a pergunta do título desta matéria é: DEPENDE - Compliquei mais do que ajudei?

Depende dos seus objetivos, recursos, tecnologias, código de ética / restrições do estatuto, segmento de mercado e, sem dúvida, do momento e maturidade da empresa, organização e/ou escritório - e aí eu já menciono a parte do marketing que os empreendedores (geralmente) são mais resistentes: o planeamento.

Eu sei, também sou empreendedora, e na energia de começar logo e ver a ideia em prática, a gente acaba deixando para depois... e depois... e depois... e quando se percebe foram deixadas de lado oportunidades, cometem-se erros desnecessários e o pior de todas as consequências, na minha opinião, perde-se a possibilidade de inovar e se destacar genuinamente. Mas é só através do planeamento que é possível ter clareza sobre as melhores formas de apresentar seu produto ou serviço, da forma mais eficaz e rentável.



18 anos de experiência em Marketing. Licenciada em publicidade e propaganda, MBA em gestão de negócios e especializações em Inovação, SEO e estratégia digital. Mestranda em Marketing e Estratégia na Universidade do Minho, Portugal. Consultora de Marketing Digital e Diretora de Marketing do IBPEA.

# QUAL O PAPEL DO MARKETING?



Através do planejamento, o empreendedor descobre se nos 3 primeiros meses deve investir mais na divulgação da marca ou produto/serviço para todo o segmento, que seriam os ADs no ambiente digital, ou se o ideal é concentrar esforços de comunicação em determinada fração do mercado, através de parcerias e microinfluencers por exemplo. Cria um site com e-commerce desde o primeiro dia ou testa a logística e distribuição por outras plataformas de compra e venda já estabelecidas? Algumas de muuuuuitas dúvidas.

Então sem querer fugir da pergunta, a resposta é: depende do seu planejamento. Cabe ao empreendedor conhecer bem as possibilidades e o seu público-alvo, de modo a escolher as estratégias mais adequadas para o perfil do seu consumidor e de forma sustentável para seu negócio – e aqui estamos falando também de tempo e recursos financeiros.

Se para seu escritório, com determinada especialidade e contatos em um nicho específico, investir no LinkedIn faz sentido, talvez para outro profissional, em outro momento e especialidade seja mais importante um site com blog ou desenvolvimento de infoprodutos – como saber? Sim, você já sabe a resposta, com ele mesmo.

Partindo do princípio que já está BEM claro como definir o papel do marketing para a sua marca, é inegável que o marketing deu um passo no ambiente digital que é irreversível – portanto o composto online estará presente no seu negócio independente do tamanho, recursos ou estratégia. Se tem uma coisa que tudo que o mundo está passando ensinou é que a internet faz parte do dia a dia das pessoas e ponto. E infelizmente muito empreendedores perceberam isso da forma mais difícil. Perante um cenário de distanciamento social, hoje mais que nunca, a Tecnologia é fundamental para a conexão com os familiares, amigos e claro, os clientes e o mercado em geral.

Com isso a melhor dica que posso compartilhar para fechar essa matéria, e responder de outra forma a pergunta do título – Qual o papel do Marketing? Estabelecer uma boa presença online. Os tempos exigem a adoção de novas abordagens, novos modelos de trabalho e até de negócio, que nos permitam estar ligados com tudo e com todos, em qualquer altura do dia e da noite. Diversificação é a melhor palavra e uma ferramenta para este momento: diferentes canais e plataformas são importantes para não depender de uma única fonte de captação ou relacionamento ou visibilidade ou seja qualquer outro elemento importante para o seu escritório. Crie seu site ou blog e use as redes sociais tanto para divulgar os conteúdos que você produzir, para compartilhar novidades interessantes do seu segmento ou estreitar o relacionamento com a sua audiência – sempre atento às restrições e possibilidades do estatuto.

Espero ter ajudado – até a próxima!

# A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO HUMANIZADO NAS PEQUENAS E MÉDIAS BANCAS DE ADVOCACIA

**POR GABRIELLE ROCHA**

Tradicionalmente temos que a advocacia é composta por profissionais que não transmitem confiança, que apenas atuam visando lucro, produtividade, a imagem da hierarquia e o uso da letra fria da lei. Contudo, entendo que precisamos cada vez mais desconstruir essa ideia, e de fato demonstrar aos nossos clientes a real função da advocacia.

No momento do atendimento ao cliente é importante o advogado destacar que ele é o profissional fundamental para a realização daquele direito, e que a vitória no processo jamais poderá ser garantida, porém deve ficar claro que a análise do direito foi feita, e que aquele profissional dará o seu melhor para que a demanda tenha sucesso.

Assim, a utilização do atendimento humanizado nas pequenas e médias bancas de advocacia é um diferencial determinante para a contratação no serviço jurídico, seja esse relacionamento humanizado entre advogado e cliente, ou até mesmo entre os gestores e suas equipes.

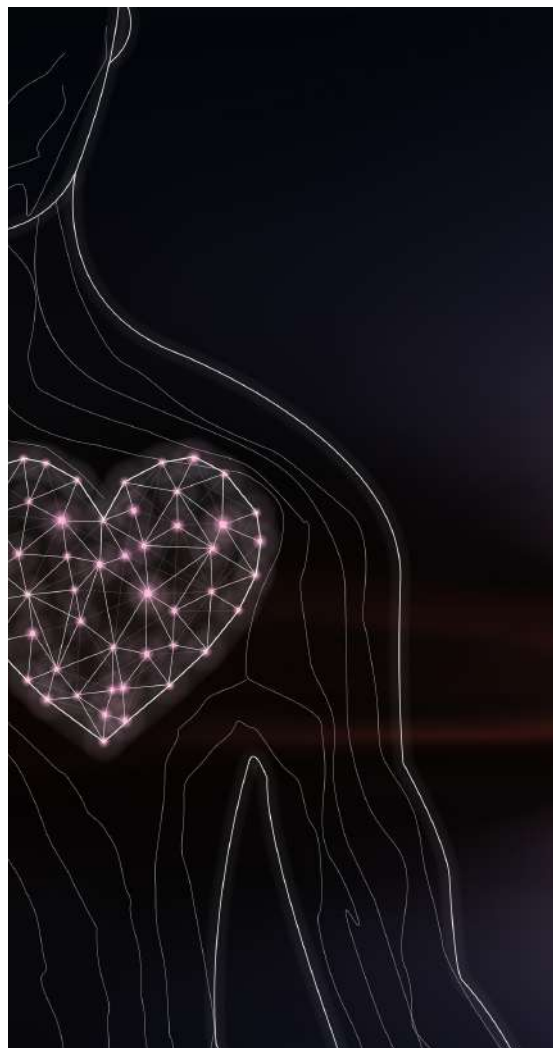
O atendimento humanizado é determinante com uma escuta ativa e sincera, com o uso da empatia, com a busca por otimização e facilitação do diálogo, seja trazendo o caso para a realidade do cliente e lidando com as limitações que ele tiver, buscando assim um atendimento exclusivo e personalizado.



Advogada. Graduada em Direito pela Uni La Salle RJ. Atuou como conciliadora no TJ/RJ, no setor jurídico e controladoria de grandes bancas de advocacia. Secretária - geral do Instituto Brasileiro de Pequenos Escritórios de Advocacia - IBPEA, Membro e Professora na Comissão de Gestão e Qualificação dos Pequenos e Médios Escritórios de Advocacia da OAB/RJ e Membro da Comissão da Advocacia Correspondente da OAB/RJ.



# A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO HUMANIZADO NAS PEQUENAS E MÉDIAS BANCAS DE ADVOCACIA



Importante destacar que, humanizar a advocacia é se portar como igual, permitir que o cliente te enxergue como uma pessoa qualquer – mas sendo o profissional que solucionará o problema que ele tem.

Sabemos que, clientes satisfeitos são sinônimos de clientes fiéis, e que no surgimento de outros casos, você será o profissional que ele lembrará para solucionar e será indicado também para outras pessoas.

Temos que na “nova advocacia” que traz a advocacia mais especializada e profissionalizada, visando áreas como gestão e estratégia empresarial, e a tecnologia da informação, também sendo importante a busca pela solução consensual, tratando o advogado da outra parte como parceiro e não como um inimigo, deixando sempre aberto o diálogo e evitando litígios.

Trazendo para essa advocacia esses elementos, incluindo também: a inovação, a tecnologia e a humanização, os lucros e o reconhecimento chegarão inevitavelmente.

# OS LIMITES ÉTICOS E A PLENITUDE DE DEFESA NO TRIBUNAL DO JÚRI: REFLEXÕES SOB A ÓTICA DA ADVOCACIA FEMINISTA

**POR LISE PÓVOA**

O Tribunal do Júri sempre é palco para grandes atuações de advogados, onde sempre prevaleceu o princípio da plenitude de defesa. Mas será que vale tudo mesmo quando se trata de Tribunal de Júri? Quais são os limites éticos entre a plenitude de defesa no âmbito dos crimes contra a vida?

Historicamente, podemos afirmar que o Direito infelizmente não acompanha os fatos sociais. A medida que evoluímos enquanto sociedade e o avanço nos estudos da interseccionalidade do Direito com as áreas humanistas (psicologia, sociologia, filosofia), os Tribunais são provocados a modificar seus entendimentos, analisando questões progressistas, que se alinham à busca da igualdade de direitos no que pese à gênero, raça e classe social.

Nunca é demais ressaltar que o Júri é composto por pessoas comuns da sociedade, que representam a cultura vigente e nosso dever enquanto operadores do Direito é atuar de maneira ética, comprometida com a igualdade de gênero, com a lealdade e respeito aos demais princípios norteadores da Constituição Federal.



Advogada feminista, ativista pelos direitos das mulheres e LGBTQ+ e no combate à violência de gênero no Judiciário.

Graduada em Direito pela Universidade Paulista, especialização em Direito e Processo Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários-IBET. Aluna especial no mestrado interdisciplinar sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA.

# OS LIMITES ÉTICOS E A PLENITUDE DE DEFESA NO TRIBUNAL DO JÚRI: REFLEXÕES SOB A ÓTICA DA ADVOCACIA FEMINISTA



Não é incomum em juris de feminicídio, a equipe de defesa contratar mulheres para ficarem na Tribuna, absolutamente como coadjuvantes, se limitando apenas para ter uma “cota” de gênero, para ser bem visto ao conselho de júri, usando a imagem das advogadas de maneira secundária ou até algumas vezes vexatória, que foi o que ocorreu recentemente no júri do caso do feminicídio de Tatiane Spitzner, no Paraná.

O advogado de defesa, ao simular uma esganadura na colega advogada, repercutiu no Brasil inteiro levando ao questionamento: Realmente vale tudo no plenário de um júri? Quais são os limites éticos da atuação dos advogados no Júri, preservando o direito à ampla defesa?

Sob a atuação do advogado de defesa do caso em tela, a OAB- PR declarou que o processo e as estruturas do Sistema de Justiça, “incluindo a atuação da advocacia, não podem ser usados, sob nenhum pretexto, para propagar a violência que deveriam enfrentar e combater, sendo inaceitável a utilização do corpo feminino para a reprodução de atos de violência”.

Em um País que temos altos índices de violência contra a mulher, em que chegamos uma mulher é morta a cada nove horas durante a pandemia no Brasil (Monitoramento Um vírus, duas guerras-2020), a atuação do advogado deve ser comprometida com a dignidade humana, dignidade profissional e a própria essencialidade do Tribunal do Júri, agindo com lisura, respeito e ética.

No juramento que nós advogados fazemos para exercer a advocacia, assim prometemos: “Prometo exercer a advocacia com dignidade e independência, observar a ética, os deveres e prerrogativas profissionais e defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático, os direitos humanos, a justiça social, a boa aplicação das leis, a rápida administração da Justiça e o aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas”

A luta diária pelo respeito à integridade e vida da mulher, seja ela vítima, advogada ou acusada, deve ser um compromisso de todos nós, visto que historicamente tivemos e ainda temos nossos direitos mais violados. A perspectiva de gênero é ESSENCIAL para a boa promoção da advocacia e um salutar avanço para que alcancemos a tão esperada igualdade de gênero e proteção integral dos direitos humanos.

# OS LIMITES ÉTICOS E A PLENITUDE DE DEFESA NO TRIBUNAL DO JÚRI: REFLEXÕES SOB A ÓTICA DA ADVOCACIA FEMINISTA



Desse modo, é importante refletir que não há prejuízo e nem violação a plenitude da defesa do acusado, quando a atuação do advogado é pautada dentro das teses possíveis e observando a ética, lealdade, sendo fundamental o exercício da perspectiva de gênero, empatia e respeito aos princípios constitucionais.

Nos comprometemos a estudar Direito para usar teses de cem anos atrás ou para modificar as estruturas rígidas, tendo um olhar crítico e humano em busca da justiça?

No plenário de Júri é permitido encenação, exibição de vídeos e maquetes, músicas e outras ferramentas, em razão da plenitude da defesa do réu. Essa ampla defesa não é antagônica à observação da ética e conduta de defesa do acusado.

Por fim, é necessário lembrar que os jurados representam a sociedade e a sociedade representa a cultura vigente, que, atualmente, busca cada vez mais a igualdade por direitos, independente do gênero, classe ou raça. E essa igualdade deve ser levada ao plenário por nós, tribunais do Júri, porque não – mais – vale absolutamente tudo no Tribunal do Júri.

Precisamos sim refletir sobre o papel da advocacia na construção de um mundo mais igualitário e com respeito às mulheres. É necessária e urgente a reflexão sobre o machismo estrutural, os limites e a ética praticada pelos profissionais de direito, para que não continuemos promovendo violência e perpetrando violações a direitos das mulheres.

Nós advogados temos o dever de cumprir a função social de nossa profissão, e isso inclui, indubitavelmente, o uso de condutas e ferramentas de promoção de conscientização, informação, promoção da ética e condutas respeitadas aos direitos humanos das mulheres.

# A UTILIZAÇÃO DA TABELA DE HONORÁRIOS MÍNIMOS PELOS PMEADV

**POR ANTONIO BARÇA**

A Tabela de Honorários Mínimos da Ordem dos Advogados do Brasil deveria ser mais discutida no âmbito das pequenas bancas. Neste texto, especialmente escrito para celebrar o primeiro ano da Revista do Instituto Brasileiro dos Pequenos e Médios Escritórios de Advocacia (única revista especializada em gestão, tecnologia, mercado e novas formas de advocacia de pequenos e médios escritórios), abordaremos esse assunto sem a pretensão de esgotar o tema.

A Tabela de Honorários Mínimos é utilizada para auxiliar advogados e advogadas a precificar o seu trabalho e também garantir a justa remuneração dos profissionais, nivelando o mercado e evitando uma concorrência predatória de classe. Assim sendo, cada seccional da OAB prevê valores de piso em tabelas que são atualizadas periodicamente.

Além de proteger os advogados, a tabela de honorários advocatícios serve de referência para muitos profissionais iniciantes, principalmente de pequenos escritórios, que ainda não sabem bem como cobrar pelos seus serviços.

Ela é obrigatória? Cremos que sim. Por força do artigo 48, parágrafo 6º, do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (RESOLUÇÃO N. 02/2015), que não deixa dúvida: "Deverá o advogado observar o valor mínimo da Tabela de Honorários instituída pelo respectivo Conselho Seccional onde for realizado o serviço, inclusive aquele referente às diligências, sob pena de caracterizar-se aviltamento de honorários."



Advogado especialista em direito privado. Vice presidente do IBPEA - Instituto Brasileiro de Gestão dos Pequenos e Médios Escritórios de Advocacia. Professor da Escola de Gestão da OAB/RJ. Membro da Comissão de Qualificação da Gestão dos Pequenos e Médios Escritórios de Advocacia



# A UTILIZAÇÃO DA TABELA DE HONORÁRIOS MÍNIMOS PELOS PMEADV



Lembrando que a captação indevida de clientela ocorre quando o profissional busca conquistar clientes de forma antiética. E uma dessas formas é a cobrança de honorários abaixo da tabela ou gratuitos, em desacordo com as regras da advocacia pro bono (art.30 do Código de Ética e Disciplina da OAB).

O que acontece se o advogado não usar a Tabela Mínima de Honorários da OAB? A bem da verdade, não existe sanção disciplinar prevista no Estatuto da Advocacia (LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994). Contudo, não deixa de ser uma violação ao citado Código de Ética e Disciplina.

A tabela serve justamente para evitar a concorrência desleal, impedindo, por exemplo, que grandes bancas de advocacia atraíam elevado número de clientes pela oferta de honorários muito baixos, eliminando os concorrentes que não conseguem fazer o mesmo preço em razão da pouca estrutura.

Vale dizer que em alguns casos já se decidiu que a tabela seria apenas uma referência de utilização, permitindo-se a cobrança abaixo dos valores mínimos, pois em que pese o parágrafo 6º do artigo 48 do CED estabelecer que o advogado deverá observar o valor mínimo da Tabela de Honorários, decorre do artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, que deve prevalecer à luz dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. A propósito, o Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SP já reconheceu que a “cobrança de valores abaixo da tabela pode ser totalmente compatível ou plenamente justificável considerando a realidade econômica da região”.

Com efeito, ficou decidido no Proc. E-4.915/2017 que os escritórios de advocacia e os “advogados correspondentes” podem cobrar valores abaixo da tabela de honorários, “lembrando sempre que a tabela de honorários da OAB é utilizada como referência, orientação e indicação”.

Concluindo, entendemos que a Tabela de Honorários Mínimos deve ser utilizada pelos pequenos escritórios como um norte para precificação, além de servir como proteção à concorrência desleal e predatória, em que pesem os argumentos contrários no sentido de que a Tabela viola a livre iniciativa de trabalho, ofício ou profissão, sendo considerada uma intervenção indevida da Ordem dos Advogados na economia e mercado.

# A IMPORTÂNCIA DE ROTINA E METODOLOGIA PARA OS PEQUENOS E MÉDIOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

**POR FERNANDA NEGREIROS**

Estamos diante de um cenário mercadológico que tem exigido de nós, advogados, uma verdadeira reinvenção no modo como atuamos. O cotidiano do advogado impõe múltiplas habilidades na realização das tarefas, desde a atividade mais intrínseca como peticionar, analisar e estudar uma tese até o domínio na utilização da tecnologia, além de conhecimento e aplicação de gestão e administração.

Somos cada vez mais pressionados e precisamos, de alguma forma, otimizar o trabalho e a rotina para que a entrega, esperada por nossos clientes e o resultado do nosso escritório sejam satisfatórios. Não podemos perder tempo. Precisamos manter o foco e estabelecer quais são os objetivos que queremos alcançar, como e em quanto tempo. É claro que isso aliado à necessidade humana de descanso, de satisfação pessoal, para garantir nosso ânimo e firmeza para prosseguirmos bem nas nossas atividades.

Percebemos ao longo do caminho que a gestão e a tecnologia são fundamentais e precisam ser utilizadas como ferramentas necessárias para a obtenção de melhores resultados.



Advogada com experiência no contencioso de alto volume, foco em gestão operacional jurídica, liderança e controladoria. Vivência em estruturar e gerenciar times, administrar centro de custos, formar profissionais e gerenciar projetos para melhoria contínua dos resultados. Formada em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil nas Relações de consumo, Gestão e Liderança pela FGV e Gerenciamento de Projetos pelo IBMEC.

# A IMPORTÂNCIA DE ROTINA E METODOLOGIA PARA OS PEQUENOS E MÉDIOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA



Por meio da gestão conseguimos cuidar e gerenciar as pessoas envolvidas no escritório, os processos, as estratégias e os objetivos. A tecnologia por sua vez, permite a utilização de dados que auxiliam na verificação e controle de resultados, na colheita de informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho, na agilidade de informações e contatos, pesquisas, análises, enfim, dão velocidade a tudo que fazemos.

Também é por meio da tecnologia que podemos verificar o cumprimento das metas definidas, acompanhar os indicadores que auxiliam o atingimento dos resultados pretendidos e ainda ajudam na identificação de elementos que precisam ser resolvidos no meio do caminho, as chamadas correções de rumo.

Independentemente do tamanho do escritório e o número de pessoas envolvidas, cada um de nós deve utilizar essas ferramentas para traçar os rumos, medir o trabalho desenvolvido, corrigir os erros ao longo do caminho na busca de ser cada vez mais assertivo.

Antes da definição de metas e indicadores é fundamental termos um bom planejamento, começando pela percepção de onde estamos e o que queremos. Um bom método para isso é a utilização do SWOT (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças). Essa reflexão é muito importante e deve servir como base para todas as decisões que serão tomadas.

Após essa reflexão, estabeleceremos as prioridades, separando urgências e outras atividades importantes, definiremos as metas e indicadores, o papel de cada membro do escritório e criaremos um ambiente integrado, onde todos terão claramente os objetivos que o escritório deseja alcançar. Uma agenda com as prioridades e atividades a serem desempenhadas a cada semana é uma boa maneira de não deixar escapar nenhuma tarefa e para que seja possível ajuste das prioridades e metas estabelecidas.

Devemos pensar também que os objetivos traçados precisam estar adequados à nossa realidade, devendo ser possíveis de serem alcançados e cada etapa deve ser comemorada. Além disso, precisamos estabelecer objetivos de curto, médio e longo prazo, a fim de que saibamos para onde estamos indo, como estamos indo e aonde queremos chegar.

# A IMPORTÂNCIA DE ROTINA E METODOLOGIA PARA OS PEQUENOS E MÉDIOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA



Também podem ser utilizadas técnicas de concentração, para que o tempo de trabalho seja bem denso, aumentando o foco e, conseqüentemente, a produtividade. Uma técnica que pode ser interessante para aumentar o foco no trabalho é o método pomodoro. Essa técnica consiste no foco intenso em ciclos. O mais frequente indica uma atividade com foco absoluto durante 25 minutos e depois cinco minutos de descanso. Esse período pode ser utilizado da forma que quiser, como para assistir vídeos ou ler mensagens no celular. E, após quatro sequências neste ciclo, é sugerida uma pausa maior, com 30 minutos de descanso.

Em relação ao time, quando o trabalho é feito em equipe, é importante a realização de reuniões de alinhamento, para que não sejam perdidas nenhuma oportunidade e seja mantido o foco de todos, no caminho para atingir os objetivos e metas propostas.

Esse conjunto de ações permitirá o cumprimento das tarefas, aumento na capacidade de nossa produção diária, controle dos rumos do escritório e um crescimento com eficiência e produtividade, que abrirá novas oportunidades.

Quando organizamos nossa rotina, temos tempo para pensar melhor, olhar nossa atividade e trabalho por um outro prisma, de forma mais macro, diferente. Isso abre caminho à geração de insights, de soluções inovadoras dos processos, para ações que possam melhorar os resultados do escritório em todos os níveis, desde a organização financeira, operacional e processual até o relacionamento com os clientes.

# REVISTA

# BPEA

#faz1ano

## SUJEITO DE SORTE

### MATÉRIA DO MÊS

**POR TIAGO DE MELLO CUNHA**

Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte  
Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte  
E tenho comigo pensado: Deus é brasileiro e anda do meu lado  
E assim já não posso sofrer no ano passado

Tenho sangrado demais  
Tenho chorado pra cachorro  
Ano passado eu morri  
Mas esse ano eu não morro

Sujeito de Sorte, Belchior, 1973.  
Releitura, AmarElo, Emicida, 2020.



Iniciar a celebração de um ano da revista do IBPEA com os versos da canção de Belchior escrita em 1973, durante os anos de chumbo, e trazida a releitura da música AmarElo de Emicida é fundamental para percebermos um conceito principal trazido nas duas obras e que está presente na revista do IBPEA: falar sobre não aceitar a derrota e lutar contra ela!

A Revista do IBPEA foi idealizada nos primórdios de sua construção, porém a ideia dormitou durante algum tempo por questões circunstâncias e graças a uma centelha de justaposições únicas e revista desabrochou em plena pandemia. Logo no início dela.

A trajetória dos editoriais, matérias e entrevistados compôs, naturalmente, um foco de resistência que sinalizava para o segmento dos pequenos e médios escritórios que o enfrentamento da crise política, financeira e sanitária, seria enfrentada com movimento e otimismo.

O movimento ficou a cargo das diversas personalidades que passaram por nossa editoria e o otimismo foi trazido pelas palavras de aprendizado, vivências, ensinamentos, provocações e um fomento claro e firme para que sempre tivéssemos um objetivo: o de continuar a existir, como vida, como atividade jurídica, social e econômica.

Iremos saudar aqui todos os articulistas que passaram e colaboraram para a revista do IBPEA, que com muito afeto cederam seu tempo e reflexões para transmitir informações para seus colegas em um gigantesco ato de altruísmo profissional.

E como forma de retrospectiva iremos recordar as 12 entrevistas feitas por nossa revista nesse último ano.

Álvaro Quintão

O Secretário Geral da OAB/RJ e presidente da CDH /OABRJ foi nosso primeiro entrevistado. Além de um grande advogado militante, Álvaro foi um os padrinhos da parceira IBPEA/OAB/RJ que ensinou a criação da Comissão de Qualificação e Gestão dos Pequenos e Médios Escritórios da OAB/RJ, que coordena a Escola de Gestão, que permite que a OAB e o IBPEA levem aos colegas um instrumental básico de elementos de gestão e análise de mercado.

A Escola de Gestão hoje continua percorrendo as subseções da OAB/RJ e já atingiu quase 40 das 63 subseções da Secional fluminense.

Em uma análise importante, o Secretário Geral da Ordem assim transmitiu seu pensamento:

*“O Direito está passando por muitas transformações. E os pequenos e médios escritórios precisam entender estas transformações. Existem vários campos do direito que estão ficando saturados, e outros tantos que estão surgindo. Se o escritório conseguir identificar o mercado ideal para sua atuação, ele pode ter muito sucesso, pois o mercado está muito dinâmico, sabendo aproveitar este momento, o mercado para os “pequenos” pode ser muito promissor.”*

Na segunda edição da Revista do IBPEA fomos agraciados com as reflexões da incrível advogada, Mariana Regis, especializada em Direito das Famílias com perspectiva de gênero e mediadora de conflitos.

Nossa entrevistada tem uma história inspiradora de uma advocacia militante e combativa, em que apesar de estar na Bahia, hoje tem um alcance nacional no atendimento aos clientes, mas também a escritórios parceiros, o que é uma modalidade importante em novo modelo de mercado para a advocacia, que é ser menos beligerante e entender que os advogados e advogadas não são concorrentes e que podem e devem ser parceiros.

Ao ser perguntada sobre essa modalidade de advocacia em outras localidades para além de sua sede, essa foi a resposta vanguardista da entrevistada:

*“Bom, eu atuo em parceria com colegas de todo o Brasil, essencialmente na área de consultoria estratégica e produção intelectual das peças. Como meu trabalho tem uma natureza de especialidade no Direito das Famílias com perspectiva de gênero, acabo sendo contratada para atuar em processos iniciais ou em curso, fazendo recursos, manifestações, com este fim bem específico.*

*Para mim, a palavra chave para fazer dar certo é ética. Eu nunca aceito atuar em um caso sem que a(o) colega que já está atuando na causa esteja ciente. Com o tempo, entendi que era melhor, inclusive, conversar com o(a) colega antes de acenar a possibilidade de atuação em parceria para a cliente. Explico para elas e elas costumam entender. Se o(a) colega não aceita, eu não assumo. Nesta conversa, deixo claro para a(o) possível parceira(o) que é importante para mim que estejamos alinhadas e que toda estratégia que eu apresente seja aceita por ela(e) também.*

*(...)*

*Até então, tenho tido boas experiências e sinto que termino por contribuir com o aporte da perspectiva de gênero para muitos processos em que as(os) colegas não se sentiam até então habilitados para fazê-lo. Além disso, conheço o trabalho de colegas extremamente competentes e amplio a rede.”*

Em nossa terceira edição o entrevistado do mês foi um dos queridos membros fundadores do IBPEA, André Luiz de Paiva Vaz, Advogado, membro da Comissão de Qualificação de Pequenos e Médios Escritórios da OAB/RJ e da Comissão de Direito Bancário da OAB/RJ.

Advogado experiente que sempre teve sua militância como norte de seu desenvolvimento profissional, André se destacou na área de direito imobiliário no Rio de Janeiro e sempre entendeu a necessidade de desenvolver sua atividade em um escritório organizado com métodos e práticas.

Ao ser perguntado sobre os aconselhamentos que daria para os advogados entrantes no mercado e os que pretendem aprimorar o desenvolvimento de suas bancas, André reviveu uma das máximas do Instituto:

*“Até então, tenho tido boas experiências e sinto que termino por contribuir com o aporte da perspectiva de gênero para muitos processos em que as(os) colegas não se sentiam até então habilitados para fazê-lo. Além disso, conheço o trabalho de colegas extremamente competentes e amplio a rede.”*

Na 4ª edição do IBEA a conversa foi com uma potência da Advocacia Baiana, advogada feminista e presidenta da ONG “Tamojuntas”, Laina Crisóstomo, que hoje inclusive é Vereadora em Salvador.

Laina que sempre teve um olhar mais humanitário no trato da advocacia trouxe pontos críticos importante do ensino jurídico, onde pontou a ausência de matérias como Direitos Humanos, temas de luta contra o racismo, violência contra a mulher, LGBTfobia e intolerância religiosa.

Ao ser perguntada sobre qual seria um novo formato da advocacia, a entrevistada foi precisa e inspiradora:

*“Advocacia com propósito, com paixão e com tesão. Precisamos pensar mais em direitos humanos e menos em lucro, pensar mais em dignidade, bem viver e menos em exploração, em capitalismo e disputa, meio utópico, mas é de fato o que sonho, que todas as pessoas tenham a possibilidade de acessar a justiça como um direito e não como um privilégio.”*

Na 5ª edição a entrevistada foi simplesmente com uma das pioneiras na gestão de escritórios de advocacia no Brasil, a brilhante professora Lara Selem.

A Dra. Lara Selem, advogada e consultora sobre gestão legal há 22 anos, sócia fundadora da Selem Bertozzi Consultoria e do Instituto Internacional de Gestão legal, Presidente da Comissão de Gestão e empreendedorismo e Inovação do CFOAB e foi uma das primeiras pessoas, através das leituras de seus artigos e livros, que os fundadores do IBPEA tiveram contato e que certamente auxiliaram na construção da ideia da formação do Instituto

Em sua entrevista além de uma vasta experiência transmitida, foi deixada uma importante mensagem para o IBPEA:

*“Eu sempre acho que trazer esses exemplos, de trazer esses insights que temos, fora que a vida é feita disso, eu olhar para o outro e comparar a minha realidade, ver o que eu posso fazer de melhor. Então para 2021 meu recado para esse advogado que estiver assistindo a gente, considerando que foi um ano tão complexo e todos esses aspectos, não sairemos iguais desta natação, desta piscina que foi 2020, e que continue nadando, não pare de nadar, vai chegar ao final. É quase como acreditar, ter uma f . Eu sempre digo isso em palestra, a diferença entre f  e medo,   só a minha escolha no que eu vou acreditar, pois as duas coisas estão invisíveis na minha frente. Medo do que? F  em que? Eu escolhi ter f , pois nós temos condições intelectuais.”*

Pensar que o IBPEA um dia poderia ter a grande oportunidade de compartilhar reflexões com a autoridade máxima da advocacia no Estado do Rio de Janeiro, seu local de fundação, é uma grande satisfação para seus fundadores.

A sexta edição trouxe o Presidente da Seccional da OAB/RJ, o Dr. Luciano Bandeira, que além do cargo que ocupa atualmente.

Foi junto com o  lvaro Quintão, um dos padrinhos da parceria entre IBPEA/OAB/RJ, concretizada n  só no convênio para as aulas que seriam dadas pelo IBPEA, como depois sua transferência para a Escola de Gestão da OAB/RJ, coordenada pela Comissão de Qualificação da Gestão dos Pequenos e Médios Escritórios, espelhada no trabalho do IBPEA, o que demonstra a grande sensibilidade do Presidente Luciano em observar, pioneiramente, as demandas deste segmento dos pequenos e médios escritórios.

Gerir a Ordem em um período com desafios históricos n  foi e n  estão sendo fácil e nesta entrevista, o IBPEA pode dividir com o Presidente da Ordem as análises sobre esse período e as soluções encontradas para esses enfrentamentos.

Ao ser perguntado sobre a possibilidade de ser viável viver da advocacia e em especial em pequenas e médias bancas, o Presidente assim falou:

*“Eu acredito que sim, eu sou advogado há 26 anos eu nunca tive outra atividade profissional, eu nuncative nenhum emprego público, nenhuma outra atividade, eu só fui advogado e acredito muito na profissão,   uma profissão com muitas oportunidades, mas tem que ter um foco muito no aperfei amento continuado e estudar, [...]”*

*[...] estar focado vendo as oportunidades, eu acredito que a gente está vivendo um momento que, apesar de um momento difícil da pandemia, um momento com muitas oportunidades e dizer que ninguém no Estado do Rio de Janeiro, ninguém vai ficar sem trabalhar por falta de estrutura, a Ordem do Rio de Janeiro tem a maior estrutura de apoio a advocacia do Brasil, desde o plano odontológico para todos os advogados, transporte, estrutura de Coworking de escritórios compartilhados, Central de peticionamento.”*

Aos ser indagado sobre a perspectiva da Escola de Gestão para 2021:

*“Bom, é uma aposta muito grande da OAB do Rio de Janeiro, nós vamos continuar incentivando para que a escola possa atingir ao número máximo, possa alcançar o número máximo de formação de advogados e advogadas, porque vai ser muito positivo para advocacia, vai ser positivo até para todas as pessoas que tomam os serviços dos advogados e das advogadas, por que um escritório bem organizado, bem estruturado, permite uma melhor prestação de serviços pelos advogados e advogadas, então investimento vai continuar sendo, em quem continuar apoio a essa ideia, e que a gente quer que pelo menos todo mundo que atua individualmente ou num pequeno e médio escritório, tenha a oportunidade de usufruir dos cursos que o IBPEA e a Ordem estão desenvolvendo, e oferecendo gratuitamente para todos da advocacia.”*

A 7ª edição trouxe uma entrevista aguardada por todos do IBPEA, que era o bate papo com o Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro, que além desta nobre incumbência coordena a Escola de Gestão da OAB/RJ e é o Vice Presidente da Comissão de Qualificação e Gestão dos Pequenos e Médios Escritórios, Cláudio Goulart.

Cláudio tem se mostrado incansável não só nesta nova gestão do Sindicato dos Advogados do Rio, que dentre as diversas atividades que já vem desempenhando, obteve uma eleição histórica com a eleição de um quadro paritário entre homens e mulheres, também demonstra todo seu vigor na organização da Escola de gestão, onde tenho o prazer de compartilhar tal tarefa.

Em sua entrevista, ao ser indagado o que esperar do Sindicato frente as dificuldades que a advocacia vivia na pandemia nas regras distintas criadas pelos órgãos do Judiciário e que isso impunha a classe uma grande dificuldade, assim respondeu o Presidente do SAERJ:

*“A primeira coisa que a gente vai ter que fazer é o enfrentamento, se a gente vai primeiro oficial o Presidente do Tribunal. Porque advogado tem medo de enfrentar o juiz. E isso não pode. Ser advogado, como o Sobral Pinto já dizia: A advocacia não é lugar de covardes.*



*Então, se a gente tiver que ir para o enfrentamento nós vamos, nós vamos sempre procurar o diálogo o entendimento entre as entidades é fundamental, agora caso a gente perceba que não há esse diálogo, vamos ter que ir para o enfrentamento na hora que nós verificarmos isso. Convocar a OAB. Eu tenho certeza que nós haveremos de fazer essa parceria do Sindicato junto com a Ordem, que é muito importante para gente, tanto na briga institucional, como na briga do dia a dia.”*

A revista teve a grande satisfação de contar com um dos maiores nomes dos direitos humanos da atualidade, a advogada combativa e extremamente brilhante Nadine Borges, professora, doutora e mestra em sociologia e direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), autora de obras e Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ.

Nessa atual gestão da OAB/RJ, Nadine tem se destacado, em especial na CDH comissão que compõe a diretoria como Vice Presidente, com a amplitude de atuação nas situações mais sensíveis e agudas da sociedade fluminense e tem sido um foco de luminosidade em momentos de embates tão soturnos.

Uma questão relevante trazida pela entrevistada, além de toda sua vivência foi a de pontuar o formato da atuação da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ e os principais desafios:

*“Tem sido um desafio, mas tem sido também uma das experiências mais bonitas na advocacia dos Direitos Humanos, e é justamente a situação nesse momento, nessa gestão atual da OAB/RJ no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, eu estou na condição de vice-presidenta, mas nós temos na direção da comissão, o nosso colega Doutor Álvaro Quintão, que também está na Secretaria Geral da OAB/RJ e que preside a comissão de direitos humanos, temos também o Ítalo Pires Aguiar que é o nosso secretário-geral da comissão. E eu então diria que a nossa atuação em termos de comissão, da direção ela está numa espécie de colegiado, porque nós compartilhamos absolutamente tudo, nenhum de nós toma uma decisão sem consultar aos demais, o que nós fizemos desde o início do trabalho da comissão foi abriremos muito a comissão, nós temos colegas nesse espírito que nós falamos, muitos pequenos que juntos ficam grandes. Nós atendemos em diferentes áreas de atuação nos direitos humanos e convidamos pessoas que conhecem, por exemplo: o direito dos refugiados, os fluxos migratórios, pessoas que trabalham nas questões ambientais, pessoas que trabalham nas questões relacionadas a violação de direitos humanos das pessoas LGBTQI+, toda a população de rua, então o que a gente fez foi abrir bastante a comissão, convidamos muitas pessoas que já atuam nessa área no Rio de Janeiro, e nós dividimos em grupos de trabalho [...]*

*[...] e delimitamos as pessoas, coordenamos esse grupo de trabalho por tema que infelizmente o que mais trabalho nos traz, é a área do sistema de violência policial e prisional. Nós também temos um grupo de trabalho voltado para isso, e que gera muitas vezes uma atuação reativa da comissão, isso é muito ruim, mas é o Estado que nós temos, é o Estado que sistematicamente viola os direitos humanos, só que eu acho que com o corpo tão grande, tão qualificado de advogados e advogadas voltados a promoção e proteção dos Direitos Humanos, nós temos conseguido mesmo nesse cenário desastroso, desumano e talvez traumático para as nossas vidas, daqui até para sempre, enquanto nossa existência nos permitir, nós não nos esqueceremos do nosso do ano de 2020. “*

E ainda, na sequência:

*“Mas ele também nos permitiu a aproximação de alguns colegas que, diante da pandemia entendeu que as visitas muitas vezes ao sistema prisional no Degase, as violações de direitos humanos e que foi a nossa atuação em tempo presente, imediatamente, por exemplo: após o assassinato da menina Ágatha, nós fomos até o local, acompanhamos a família, acompanhamos a coleta das provas, perícia, então assim, esse trabalho, ele não é fruto de uma pessoa só, ele é fruto de um grupo muito grande de pequenos e médios advogados, no sentido de pequenos e médios escritórios, não em estatura, [...]*

*[...] mas em espírito corporativo que, nas suas áreas de atuação dedicam parte do seu tempo para esse trabalho voluntário na OAB, e isso de maneira alguma deve se fazer uma leitura disso como um oportunismo do ponto de vista da advocacia, pelo contrário, porque se a gente está atuando na OAB, em defesa da nossa categoria, da nossa classe, nós conseguimos melhorias no atendimento, quando nós chegamos numa delegacia, nós movimentamos o sistema de Justiça para denunciar muitas vezes violações das nossas prerrogativas, como por sermos advogados em Direitos Humanos isso é um ensinamento também para os nossos colegas, e de certa forma uma esperança para outros advogados que queiram atuar na área dos direitos humanos, por que ao fazer isso a gente tem o peso institucional da OAB, a gente tem uma garantia de que nossas prerrogativas não vão ser violadas, e nós fazemos um barulho porque nós não silenciemos diante de nenhuma violação de direitos humanos no estado do Rio de Janeiro, quando a gente consegue chegar e atuar no caso, e assim eu friso, nenhum de nós atua sozinho, eu acho que essa talvez seja o principal legado desta gestão dessa comissão. “*

A revista teve um espaço para grandes mulheres nesse primeiro ano de vida e um desses exemplos é da combativa advogada a Dra. Adilza Nunes.

Brilhante advogada, com uma linda história de vida, é também Vice-Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro, Presidente da Comissão da Mulher do Sindicato, Conselheira da OAB/RJ, membro da CJT da OAB/RJ e Conselheira do MATI.

Além do currículo extenso e de ser uma admiradora declarada do trabalho do IBPEA, Dra. Adilza, apresentou reflexões importantes para a advocacia.

Em uma das indagações sobre como se destacar na advocacia, essa foi sua resposta:

*“Antes da pandemia tínhamos uma rotina construída, e de um momento para outro veio esse inimigo invisível que destruiu a rotina de todo mundo, e assim tivemos que nos reinventar, e confesso para vocês que tenho dificuldade com a tecnologia, diferente de vocês que são minhas professoras, sempre me dão suporte. Mas a vida continua, é necessário nos reinventarmos e nos adaptarmos a tecnologia, porque o país parou, mas nós não podemos parar, e mesmo depois que a vida voltar ao normal, nunca mais será normal, até porque a tecnologia facilitou a vida de todo mundo. Imagina eu sendo convidada para a revista do IBPEA pela tela do computador, eu nunca imaginei isso! Sentada aqui na minha casa, na frente do computador com essas mulheres belíssimas empoderadas e com o Tiago que é um grande parceiro, [...]*

*[...] grande advogado, que faz um trabalho incrível com o IBPEA. Mas voltando para sua pergunta Fernandinha, eu acho que para se destacar na advocacia é necessário ter segurança no que falamos e no que estamos fazendo, o estudo, seriedade e determinação temos que levar para o resto da vida. Além disso, temos que impor respeito o tempo inteiro, porque impondo respeito nós somos respeitadas, e quando falo de respeito não é só em relação ao homem, mas também com o próximo, porque o respeito é um pilar da sociedade saudável. Eu sei que n[ossas] mulheres enfrentamos o machismo todos os dias, mas combatemos isso com respeito e sabedoria, um exemplo disso é o sindicato dos advogados, que nasceu em 1934, mas só em 2017 foi criada uma comissão das mulheres, lógico que isso tem uma roupagem de machismo. Hoje a realidade é outra, tanto é que pela primeira vez no sindicato tivemos uma paridade de mulheres, isso é uma conquista muito grande e me orgulha muito de fazer parte deste cenário e desta transformação.”*

Uma das entrevistas históricas que a Revista do IBPEA realizou neste primeiro ano foi o grande advogado, professor Doutor, Pedro Serrano. Um advogado histórico do Largo do Caco em São Paulo, que além de militar na defesa do Estado Democrático de Direito gera reflexões profundas em seus alunos e deixou um pouco desses aprendizados para o IBPEA.

Ao analisar a importância da advocacia e do direito, o Professor assim construiu:

*“Os direitos são produto de um contrato social intergeracional, eles não foram produto de tinta no papel. Se você for estudar a história do direito, você vai ver que direitos são produtos de sangue na calçada. Os nossos antepassados, sacrificaram a vida, a integridade física, as vezes conheceram só sua existência como dor e humilhação para poder produzir os direitos que nos são entregues hoje. Hanna Arendt fala que o direito essencial de cidadania é o direito há termos direitos, ela tem razão, mas a ele corresponde um dever essencial que é o dever de todo cidadão de manter vivo esses direitos, de procurar melhorá-los, para entregá-los as próximas gerações. Aos nossos filhos e aos que vão nascer. Então os direitos constitucionais são produtos de um pacto intergeracional, e nós temos a honra de sermos a profissão que tem por incumbência, guardar profissionalmente esse tesouro da humanidade. Então nós temos, mais dever do que o cidadão normal, nós temos o dever de lutar pelos direitos, por sua universalização, não só por interesse pessoal de passar a ter o melhor mercado, mas fundamentalmente por interesse da melhor vida da comunidade. A nossa atividade tem um múnus público, um dever público, que é o dever que nós temos de sermos os guardas, os guardiões dos direitos, no exercício da nossa profissão. É um dever que nós temos com nossos antepassados, com os que já morreram e com os nossos descendentes, com os que vão vir, com os que vão nascer.*

*Por isso que falamos que os direitos são antimajoritários que se fala no constitucionalismo moderno, porque os vivos não podem abrir mão desses direitos. Por que eles foram construídos por nossos antepassados, e eles são destinados a quem vai nascer ainda, portanto, eles não são propriedade nossa. Os direitos não são propriedade nossa, por isso que não podemos valorizar estados autoritários. Se o cidadão descumpra seu dever de cidadão quando ele favorece autoritarismos, o profissional do direito comete um pecado imenso, deve abandonar a profissão, pois está deixando de cumprir com o seu dever.”*

*A Revista do IBPEA sedimento seus grandes nomes a passarem por suas fileiras, teve a grande honra de conversar com o ex-Presidente do Conselho Federal da OAB e grande advogado Cezar Britto.*

*O aprendizado era percebido em cada resposta, tal como sua humildade, mas também perspicácia em perceber os problemas da advocacia contemporânea.*

*Sobre seu olhar sobre as sociedades de advocacia modernas, sobre olhar especial das pequenas e médias:*

*“Outra função também importante da sociedade que é característica típica dela que é a assistência mútua. O ser humano, ele fica doente, ele falha, ele precisa tirar férias, ele precisa viajar e quando você trabalha em sociedade, você tem esse mutualismo, [...]”*

*um vai ajudando o outro e em caso de falecimento, você tem a garantia de que a subsistência da própria família. Então o fenômeno da sociedade na advocacia, ela superou aquela ideia de que a advocacia é um ato absolutamente individual e personalizado. E agora vem outro tempo da advocacia, trazido pela modernidade, da informática, então, no Brasil, a advocacia ficou cada vez mais nacional, nacionalizada, então, os escritórios e as pessoas começam a se interligar, hoje você faz sustentação oral no Brasil todo, reciprocamente, você troca experiências, aliás, é necessário que tenha isso. Porque o Direito trouxe instrumentos de concentração de julgamentos, no Supremo Tribunal Federal a repercussão geral, um processo decide a vida de todos, no STJ em recursos repetitivos, um processo decide a vida de todos, o que significa que todos os advogados e advogadas tem que se articular e evitar o copiar e colar. O copiar e colar, você copia o corpo, mas não copia a alma, aí você pinça um processo que, quem copiou não trouxe a alma e vai aplicar para todo mundo e isso passa a exigir de nós uma advocacia mais solidária e aí, surge esse novo modelo que temos que fazer parceria.”*

*E depois desse sobrevoo sobre nosso último ano de entrevistas na revista do IBPEA convidamos a todos para assistirem a entrevista coma a Dra. Rita Cortez, advogada militante, apaixonada pela advocacia, inspiração para diversas advogadas e advogados que preside o IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros, Instituição mais antiga das Américas.*

Parabéns, Revista do IBPEA.



# RITA DE CÁSSIA SANT'ANNA CORTEZ

Presidente do IAB  
Instituto dos Advogados Brasileiros

## ENTREVISTA



E finalmente chegou a entrevista de um ano do IBPEA. E não poderia haver nome mais simbólico do que o da Dra. Rita Cortez, Presidente do IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros, tanto por sua trajetória brilhante e cheia de histórias, com por ser a representante maior do IAB – o Instituto de advocacia mais antigo das Américas.

Em uma entrevista leve, cativante, Dra. Rita se mostrou extremamente altruísta com a circulação de suas vivências práticas e experiências.

O primeiro destaque da Dra. Rita foi perceber que o grupo de entrevistadores era majoritariamente feminino. Reafirmado pelos entrevistadores Álvaro Quintão e Cláudio Goulart, que recordaram que também haverá essa paridade na OAB esse ano na eleição.

Na primeira pergunta o Secretário Geral da Ordem indagou como será a nova dinâmica da advocacia no pós-pandemia, para se relacionar com os colegas e com a possibilidade de captar futuros clientes.

A entrevista não se esquivou da “da pergunta de um milhão de reais”, como brincou e foi aguda e direta sobre sua falta de otimismo no mercado como ele se desenhará nos próximos passos. Mas ainda sim demonstrou, dentro dos aspectos práticos e realistas, trazer os obstáculos a serem enfrentados nos próximos anos.

Em uma análise contundente, afirmou que nem tudo se pode colocar na conta da pandemia até porque diversos das vicissitudes que o mercado da advocacia vivia e continuam a existir, logo devem ser enfrentados.

Na pergunta formulada pelo Presidente do Sindicato dos Advogados, Cláudio Goulart, foi abordado como o IAB tem refletido sobre a advocacia contemporânea em que há uma necessidade de adaptação aos novos elementos tecnológicos.

Em uma resposta inspirada, a entrevistada afirma que o IAB conta a história do direito e conta a história da advocacia dentro dos seus 178, tendo um desenvolvimento de estudos e acadêmicos que geram efeitos para nossa realidade da advocacia.

Dentro deste prisma, a entrevistada trouxe um dos principais objetivos de sua gestão que é da utilidade prática às reflexões. E funcionar no momento de isolamento social, trazendo os pareceres técnicos, reflexões e não deixando o Instituto dormir neste período de desafios neste período da pandemia.

E este paralelo deve ser aplicado ao mercado da advocacia.

No ponto trazido pelo Presidente do IBPEA, Tiago de Mello Cunha, para a Dra. Rita foi sobre a localização do segmento da advocacia de pequeno e médio porte durante os últimos 30 anos no mercado nacional.

E a análise inicial foi construir a premissa de que a advocacia é advocacia e para seu desenvolvimento deve ser formalizar para atingir resultados objetivos.

Pontuou sobre o risco de trazer o empreendedorismo na advocacia como sendo algo simples e fácil de se realizar. Aconselhou que não se tire as exceções pela regra. Elencou alguns elementos básicos para o escritório: planejamento, gestão, aspectos financeiros e tributários, cursos de aperfeiçoamento profissional e estratégias de estrutura de escritório. Mas pontou o foco principal: a captação de clientes.

Sobre a atuação da mulher na advocacia, a Dra. Gabrielle Rocha indagou a pouca participação das mulheres e cargos de chefia. A Dra. Rita Cortez trouxe questões das múltiplas tarefas das mulheres e como isso é cultura no país, impondo inclusive um sentimento de culpa nas advogadas por dedicação maior nos seus postos de trabalho.

A Doutora Fernanda Negreiros, indagou a entrevistada como fazer a escolha do nicho e como entender que escolheu o mercado certo. Dra. Rita Cortez relata como encontrou o direito do trabalho e como se sedimentou nesta seara. Citou inclusive o período em que foi presidente do Centro Acadêmico da UERJ – CALC, em que teve o Ministro Luiz Roberto Barroso como seu Vice Presidente, do qual chama carinhosamente de Beto, e o quanto isso trouxe a influência na militância da advocacia trabalhista, pois a aproximou do Sindicato dos Gráficos.

A Dra. Jéssica Brito trouxe a indagação da importância da militância para as pequenas e médias bancas, em que a Dra. Rita entendeu ser de fundamental importância, para firmar novos relacionamentos, fora a contribuição como dever da advocacia, pois quando se atua socialmente e politicamente, está por melhor o ambiente da advocacia.

A contribuição relevante da Dra. Rachel Bivar foi de trazer a perspectiva de atuação do IAB para os direitos LGBTQI+. Em uma fala que resgata a importância da história para o Brasil e para a advocacia, destaca que no decorrer do tempo se percebe uma exclusão de gênero, de raça, de orientação sexual, que não é condizente com uma sociedade que se pretende civilizada.

Em outra ótica, o Dr. André Paiva questionou se seria um melhor advogado o profissional que tivesse na graduação aula de gestão. Dra. Rita acredita que uma boa estrutura de escritório, não necessariamente vai viabilizar uma qualidade do advogado. A qualidade do serviço prestado, de maneira isolada não irá garantir uma proficiência do serviço.

Acredita que a qualidade vem com o papel como profissional que o advogado exerce, aprimoramento, estudo e atendimento qualificado. A estrutura somente não pode ser olhada de maneira isolada. Ajuda, mas não é absoluta.

Por fim, Dr. Cláudio Goulart pede uma reflexão da Escola de Gestão e da evolução da advocacia do interior.



Dr. Rita reconheceu o valor do trabalho e fez ponderações relevantes.

Sobre a tecnologia ser algo que ajude ou atrapalhe a advocacia do interior, Dra. Rita foi categórica em afirmar que a tecnóloga em si ela não é salvadora e nem mesmo será a grande culpada por eventuais decoradas. E que deve haver uma luta grande para que se evite a exclusão digital causada pelo avanço tecnológico sem preparo. O próprio IAB enfrentou esses problemas nas reuniões não presenciais.

Uma recomendação para Comissão dos Pequenos e Médios escritórios é que se ela continuar a entregar o instrumental básico de gestão já estará sendo um enorme feito.

➡ Entrevistadores da 12ª edição da Revista do IBPEA – Rita Cortez, Presidente do IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros.

□ Tiago de Mello Cunha - Advogado, sócio do Tiago de Mello Advocacia, Presidente do IBPEA e da Comissão de Qualificação dos Pequenos e Médios Escritórios da OAB/RJ e membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ.

□ Álvaro Quintão - Advogado, sócio do Quintão & Lencastre Advogados Secretário Geral da OAB/RJ e Presidente da CDH/OAB/RJ

□ Cláudio Goulart - Advogado, Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do RJ.

□ Fernanda Negreiros - Advogada com experiência no contencioso de alto volume, foco em gestão operacional jurídica, liderança e controladoria. Vivência em estruturar e gerenciar times, administrar centro de custos, formar profissionais e gerenciar projetos para melhoria contínua dos resultados. Formada em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil nas Relações de consumo, Gestão e Liderança pela FGV e Gerenciamento de Projetos pelo IBMEC.

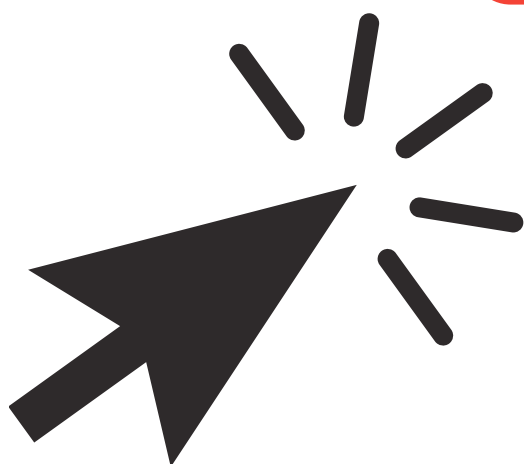
□ Gabrielle Rocha - Advogada, sócio do Gabrielle Rocha Advocacia, Secretária Geral do IBPEA, membro da Jovem Advocacia do IBPEA, membro da Comissão de Qualificação de Gestão dos Pequenos e Médios Escritórios da OAB/RJ e da Advocacia Correspondente da OAB/RJ.

□ Jessica Brito, advogada trabalhista e previdenciarista, sócia/fundadora do Blanco e Brito Sociedade de Advogados, Diretora do IBPEA e do SAERJ.

□ Rachel S. Bivar, Juíza Leiga e Advogada (UFRJ) militante das questões de gênero e direitos LGBTQIA+. Pós Graduada em Dir. Público e Privado pela EMERJ. Membro da comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ e da comissão de Qualificação da Gestão dos Pequenos e Médios escritórios da OAB/RJ.

□ André Paiva, Advogado, membro fundador do IBPEA, sócio do Paiva Vaz Advogados, membro da Comissão de Qualificação de Gestão dos Pequenos e Médios Escritórios de Advocacia da OAB/RJ e membro da Comissão de Direito Bancário da OAB/RJ

# Acesse essa e outras entrevistas no canal no YouTube



Clique e seja  
direcionado para o  
canal





EDIÇÃO 12 | MAIO DE 2021

# REVISTA IBPEA

Saiba mais sobre o Instituto IBPEA,  
ações, eventos e vantagens de ser  
associado nas nossas redes sociais:



@instituto.ibpea



/instituto.ibpea



@instituto.ibpea



/linktr.ee/instituto.ibpea